MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO
CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO
COORDENADORES

SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

E OUTROS TEMAS RELEVANTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

AUTORES
CARLOS VINÍCIUS ALVES RIBEIRO
CRISTIANA CORRÊA CONDE FALDINI
CRISTIANA FORTINI
DANIEL WUNDER HACHEM
EDUARDO HAYDEN CARVALHAES NETO
EDUARDO TOGNETTI
EMERSON GABARDO
FABRÍCIO MOTTA
IRENE PATRÍCIA NOHARA
JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO
LUIS FELIPE FERRARI BEDENDI
MÁRCIA WALQUIRIA BATISTA DOS SANTOS
MARIA ADELAIDE DE CAMPOS FRANÇA
MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO
TATIANA ROBLES SEFERJIAN
THIAGO MARRARA

atlas

Resumo de Supremacia do Interesse Público e Outros Temas Relevantes do Direito Administrativo

Os textos reunidos neste livro foram preparados por professores de direito administrativo e alguns alunos de pós-graduação dispostos a enfrentar e discutir questões polêmicas que vêm sendo suscitadas, sob influência da doutrina estrangeira, a respeito de alguns institutos antigos, que constituem o próprio cerne desse ramo do direito, como é o caso dos princípios da supremacia do interesse público e da legalidade, do serviço público, dos contratos administrativos, dentre tantos outros.

O tema mais instigante é o que diz respeito ao princípio da supremacia do interesse público, contestado por alguns autores, sob o fundamento de que coloca em risco os direitos individuais protegidos prioritariamente pela Constituição.

A Parte I do livro contém seis capítulos dedicados a esse tema. A Parte II trata da evolução do princípio da legalidade e, paralelamente, da discricionariedade administrativa, como decorrência da chamada constitucionalização do direito administrativo, no que diz respeito à inserção de princípios e valores no conceito amplo de legalidade, permitindo a afirmação de que a administração pública se submete à lei e ao Direito.

Na Parte III, são tratados outros temas relevantes, que também vêm sendo objeto de críticas, a saber: o conceito de serviço público, a ideia de contrato administrativo caracterizado pela presença de cláusulas exorbitantes, a existência de atributos do ato administrativo, como a presunção de veracidade, a imperatividade e a autoexecutoriedade.

Leitura complementar para os estudos de direito administrativo dos cursos de graduação e pós-graduação. Livro de referência para profissionais da área jurídica envolvidos com a administração pública.

Acesse aqui a versão completa deste livro